

# Relatório de Reunião

---

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

Prestação de contas do Governo ano 2025 – 1º Ciclo

9/6/2025 – 9 horas



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

# Relatório de Reunião

---

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo de 2025*

Reunião especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Comissões convidadas:

- Comissão de Minas e Energia
- Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Presidente da reunião: deputado Tito Torres

Data: 9/6/2025

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

## I – Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como convidadas as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Minas e Energia, recebeu, em 9/6/2025, Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro e 30 de abril, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

**Acesse o vídeo da íntegra da reunião:** [clique aqui](#) para assistir à reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: [almg.gov.br/fiscaliza](http://almg.gov.br/fiscaliza).

## II – Presenças

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:** Deputado Tito Torres (presidente), deputada Ione Pinheiro (vice-presidenta), deputado João Magalhães, deputada Bella Gonçalves e deputada Beatriz Cerqueira (suplente).

**Comissão de Agropecuária e Agroindústria (convidada):** Deputado Antonio Carlos Arantes (suplente).

**Comissão de Minas e Energia (convidada):** Deputado Gil Pereira (presidente).

**Poder Executivo:** Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**Demais presenças:** Deputado Gustavo Valadares.

## III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram:

a) Condições de trabalho e carreiras dos servidores do Sisema: foi discutida a precarização das condições de trabalho dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema –, cujos salários já acumulam perdas inflacionárias da ordem de 85%. Também foi mencionada a existência de servidores que recebem menos de um salário-mínimo. O último concurso público na área foi realizado em 2012, razão pela qual foi relatado um déficit de cerca de 400 postos de trabalho atualmente, o que implicaria uma sobrecarga para os servidores em exercício. Diante dessa situação foi exposto que serviços sensíveis, como a elaboração de laudos técnicos, estariam sendo terceirizados. Isso representaria um problema em relação à responsabilidade por esses documentos, bem como à vulnerabilidade dos serviços prestados em relação às pressões de setores empresariais interessados na obtenção das licenças ambientais. Foram debatidas as possibilidades de melhoria das carreiras, mesmo em um cenário de restrições orçamentárias, como nos casos dos trabalhos considerados essenciais, que poderia ser o caso da área de meio ambiente.

Em resposta a essas colocações, a secretária apontou as restrições orçamentárias para novo concurso e para revisão do plano de cargos e salários das carreiras dos servidores do Sisema. Afirmou que estaria buscando alternativas para operar essa questão nesse contexto desfavorável. Além disso, demandou atuação parlamentar em relação à inclusão da carreira de meio ambiente nas carreiras de trabalhos essenciais, conforme foi feito no caso dos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER –, por meio de projeto de lei.

b) Lagoa da Petrobras: foi debatida a situação do passivo ambiental da Lagoa da Petrobras, que sofre acentuada degradação há décadas. Esse processo é causado pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais e pelo intenso processo de assoreamento, o que vem causando frequentes enchentes e alagamentos em bairros situados nas proximidades desse corpo hídrico. Houve demandas de ações mais assertivas e imediatas para impedir o lançamento na lagoa de efluentes industriais da Refinaria Gabriel Passos – Regap – em parâmetros de qualidade que desobedeceriam aos limites legais. Nesse sentido foi observado que a refinaria foi autuada pela Semad nos anos de 2017, 2020, 2022 e 2023, em decorrência de monitoramentos realizados no Córrego Pintado. Também foi cobrada mais agilidade na análise da licença ambiental da refinaria, uma vez que esse processo foi formalizado em 2013 e até hoje não foi concluído. Outra demanda apresentada à Semad foi a instituição pelo Ministério Público do Estado – MPE – de medida de compensação ambiental relacionada ao passivo gerado pelas operações da Regap, considerando que o Parecer Único da Semad nº 88, de 2023, identificou 21 áreas contaminadas na região da refinaria.

A titular da pasta informou que a degradação ambiental da Lagoa da Petrobras está sendo tratada em conjunto com o MPE e que a Semad elaborou, em 2024, a Nota Técnica nº 02/2025 para auxiliar o aquele órgão a mensurar os impactos e os danos cumulativos da Lagoa da Petrobras. Desse modo, poderiam ser trazidas compensações para além daquelas estabelecidas no licenciamento, considerando o histórico e o passivo de poluição da área. Esse documento está disponível para acesso no *link*:

<<https://drive.google.com/file/d/1vKtIKPn4hEwicsvt4qKahWV-qhoRRBnx/view>>

c) Regularização ambiental e atuação do Conselho de Política Ambiental – Copam: Foram questionados os mecanismos de fiscalização do cumprimento de condicionantes ambientais dos empreendimentos com licenças já concedidas e dos procedimentos adotados nos casos de descumprimentos, com destaque para o caso da mineração no Município de Itabira. Também discutiu-se a atuação do Copam e as mudanças recentes em sua composição, que foi alvo de críticas por parte da sociedade civil organizada em relação ao peso da participação do setor privado nesse colegiado.

A secretária lembrou que foi implantado, em 2024, o Painel de Monitoramento dos Processos de Licenciamento Ambiental, que permite o acompanhamento em tempo real dos indicadores de

desempenho, incluindo tempo médio de análise, quantitativos de entrada e saída e controle da tramitação dos processos. Em relação ao acompanhamento das condicionantes dos processos licenciados, há previsão para lançamento, em 2026, de sistema capaz de realizar essa análise, pois atualmente o foco tem sido o passivo do licenciamento. Sobre a atuação do Copam, informou que houve troca de organizações da sociedade civil dentre os conselheiros, mas que a paridade é mantida por força legal.

d) Consulta livre, prévia e informada a comunidades e povos tradicionais: Foi discutido o Decreto nº 48.893/2024, que dispõe sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada de que trata o art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre Povos Indígenas e Tribais. Em 24/1/2025, conforme ADI 7.776 do Supremo Tribunal Federal – STF –, a eficácia desse decreto foi suspensa pelo órgão, haja vista ser a matéria de regulamentação reservada à União. Com isso, em 29/1/2025, o governo estadual publicou a revogação do decreto. Os parlamentares reiteraram os problemas que o decreto trazia em relação à flexibilização da garantia do direito de consulta livre, prévia e informada em processos de licenciamento ambiental. Questionou-se, então, quais os procedimentos e protocolos adotados atualmente na realização dessa consulta às comunidades tradicionais e a forma como a secretaria lida com os resultados desses procedimentos. Nesse contexto, foi mencionado o caso do licenciamento ambiental do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte e das comunidades quilombolas potencialmente atingidas pelo empreendimento.

A gestora respondeu que o cancelamento do Decreto nº 48.893/2024 foi feito após a decisão do STF e que a escuta prévia, livre e informada das populações é competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, cuja avaliação serve de base para instruir o processo de licenciamento ambiental.

e) Gestão de barragens de rejeito de mineração: Foi levantada a questão da emissão de novas licenças para implantação de barragens nos casos em que há comunidades situadas na Zona de Autossalvamento, o que seria vedado pelo art. 12 da Lei Mar de Lama Nunca Mais.

A secretária apresentou a situação do acompanhamento e da fiscalização das barragens de mineração no Estado. Segundo ela, até maio de 2025, foram emitidas 114 análises conclusivas relativas aos estudos de cenários de rupturas e mapas da mancha de inundação, no âmbito dos Planos de Ação Emergencial – PAEs –, de responsabilidade da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A pasta apurou a existência de 19 barragens classificadas em situação de emergência, das quais 12 no nível 1, cinco no nível 2 e duas no nível 3 de emergência.

f) Resíduos sólidos: Foram questionadas a regularização ambiental da disposição final de resíduos sólidos no Estado e a atuação da secretaria na resolução de denúncias relativas a lixões em operação, com destaque para os casos dos Municípios de Manhuaçu, Cataguases, Viçosa e Pirapetinga.

Em resposta, a gestora informou que a disposição de resíduos sólidos em lixões ainda persiste em 244 municípios, sobretudo nas regiões Norte, Noroeste e Jequitinhonha, que apresentam índices críticos de regularização. Por isso, está sendo retomado o Programa Minas sem Lixões.

Além desses grandes temas, o debate ainda perpassou os seguintes assuntos:

- Previncêndio: foi discutida a execução orçamentária do programa, a transferência da sua coordenação para o Corpo de Bombeiros, que enfrenta defasagem em seu corpo técnico, e a necessidade de maior entrosamento dessa corporação com os gestores das unidades de conservação e com os brigadistas voluntários.

A secretária observou que o Corpo de Bombeiros não assumiu a coordenação do programa, mas presta trabalho operacional de apoio. Sobre os recursos financeiros, afirmou que, apesar das dificuldades orçamentárias, o programa foi executado conforme seu planejamento.

- Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais – Pecma: foram questionados os procedimentos para a adesão ao programa e para a escolha dos projetos, bem como sobre os valores já arrecadados.

A titular da pasta pontuou que a adesão ao programa ocorre por meio da celebração de um Termo de Composição Administrativa – TCA. Ressaltou que a adesão a esse termo feita até julho de 2025 traz um benefício maior em relação a descontos, mas observou que outros descontos diferenciados continuam para os municípios que aderirem ao TCA após esse prazo.

- Política estadual de agricultura irrigada sustentável – Pais: houve indagações sobre o andamento da regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024.

A secretária declarou que a regulamentação sairia em breve e que foi preciso mais tempo para tratar das intervenções em áreas sensíveis, como veredas e buritizais.

- Análise dos Cadastros Ambientais Rurais – CARs: foram questionados o planejamento e a execução do processo de análise dos cadastros.

Em resposta, a gestora apontou que foi contratada empresa para realização de até 240 mil análises individuais em cinco anos e que está em implementação a automatização das análises, por meio da implementação do CAR 2.0. Além disso, de acordo com ela, está em fase de elaboração o Plano Estratégico para Análise do CAR.

- Mata Seca: foram questionados os requisitos demandados para limpeza de área e roçada de pastagem nos locais de ocorrência da Mata Seca, no Norte de Minas, que têm motivado autuações por parte da Semad e do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

A secretária informou que, segundo o mapa do IBGE, a Mata Seca é classificada como Mata Atlântica e, portanto, os requisitos para limpeza de áreas nessa região são baseados nas mesmas regras aplicadas para esse bioma. Detalhou, ainda, que estão sendo desenvolvidas normas específicas para a região de Mata Seca, mas que os autos de infração são importantes para a proteção dessas formações florestais.

- Políticas para animais domésticos: foram solicitados detalhes sobre os programas de esterilização e microchipagem de animais domésticos.

A gestora pontuou que a Semad vem selecionando municípios para o programa de microchipagem por meio de editais públicos, e que atualmente está aberto um procedimento desse tipo. Já quanto à esterilização, relatou que existem parcerias da secretaria com o Terceiro Setor para operacionalização dessas ações. Esclareceu que uma base de dados no IDE Sisema subsidia a priorização da esterilização, considerando a população de animais em situações de rua ou de vulnerabilidade. Desde 2019, segundo ela, já foram realizadas 252.750 castrações de cães e gatos em diversos municípios do Estado. Somente entre janeiro e maio de 2025, foram realizadas 14.311 esterilizações em 67 municípios, o que, de acordo com a gestora, reflete a continuidade da expansão e a efetividade do programa.

- 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente: foi colocado que o fato de a conferência ter ocorrido apenas em formato virtual teria dificultado a participação social.

A secretária informou não ter havido apoio financeiro por parte do governo federal para a organização do evento.

#### **IV – Compromissos**

##### **Compromissos e posicionamentos do Executivo (Semad)**

- Previsão de lançamento, em 2026, de sistema para acompanhar o cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental.
- Previsão de retomar o Programa Minas sem Lixões.
- A regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024, está prevista para sair em breve, tão logo sejam

resolvidas as questões relativas a veredas e buritizais.

- A análise e validação do CAR será acelerada por meio de automatização e contratação de empresa para análises individuais. O Plano Estratégico para Análise do CAR está em fase de elaboração.

#### **IV – Encaminhamentos parlamentares**

##### **Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos**

Não houve.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2025.

**Deputado Tito Torres**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável